

Governo pode antecipar-se com decreto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se não houver acordo que atenda ao governo com os autores da fusão de emendas de anistia à dívida de microempresários e produtores rurais, o presidente José Sarney assinará decreto limitando o perdão. Ainda assim, se a anistia for aprovada na terça-feira, pela Constituinte, o governo tomará outra atitude: a demissão em massa. A primeira ameaça está clara desde a noite de quinta-feira, em reunião dos líderes governistas com o presidente Sarney, que lhes pediu que quem neste fim de semana em Brasília para tentar o acordo. A segunda ameaça foi revelada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Ci-

vil, Ronaldo Costa Couto, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Couto confirmou não só o custo da anistia à dívida — US\$ 9,6 bilhões, como dissera o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, na reunião com os líderes — como também que o decreto-lei que o governo pretende baixar facilitará a negociação caso por caso, de modo a ajudar apenas os empresários com negócios viáveis e em dificuldade.

REAÇÃO IMEDIATA

A notícia de o governo responder à Constituinte com um decreto espalhou-se ontem pelo Congresso. A reação de Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da fusão de emendas, foi rápida: entrou como uma bala no gabinete do líder José Lourenço (PFL-BA) para adverti-lo

sobre o decreto-lei. Em seu entender, se o governo usar dessa medida, não terá perdão.

O líder foi só elogios à emenda do deputado mineiro — perfeita do ponto de vista técnico —, mas adiantou que o governo não poderia de forma alguma aceitar a emenda Mansueto de Labor (PMDB-PE), que provocaria rombo imenso no Tesouro Nacional. Souto tentou provar que o governo havia sido atendido com a fusão de emendas, tanto que, num encontro que tivera momentos antes com o presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado lhe dissera: "Oh, chefe! Acabou com sua emenda e nos deixou nas mãos dos banqueiros!" Caiado se referia à exigência feita para a anistia à correção monetária da dívida: o tomador do em-

préstimo precisa provar que aplicou o dinheiro nos objetivos do seu estabelecimento.

ESPECULAÇÃO

Na entrevista coletiva, o ministro-chefe do Gabinete Civil se referiu especificamente a isso: no período do Plano Cruzado — ao qual se refere a emenda de anistia à dívida e à correção monetária —, muitos empresários que contraíram empréstimo desviaram os recursos para outros setores, até mesmo para aplicações especulativas no mercado financeiro. Não seria justo, portanto, assinalou o ministro, beneficiá-los agora com a isenção da correção monetária.

Costa Couto disse que o governo não aceita, em hipótese alguma, colocar em risco a meta de controle

do déficit público em 4% do Produto Interno Bruto. Essa meta, frisou o ministro, "é um ponto de honra do governo, uma regra de ouro que será cumprida custe o que custar". E aí é que se incluem as "compensações", para o caso de "extravagâncias em termos de ônus para o Tesouro Nacional". A extravagância seria o perdão aos microempresários e aos pequenos agricultores; as compensações, "os cortes de gastos e até mesmo demissões em massa", disse Costa Couto.

Apesar de toda a justificativa do ministro-chefe do Gabinete Civil, o deputado Humberto Souto acha que as razões do Palácio do Planalto são completamente diferentes: "O governo está ameaçando com um decreto-lei porque está lou-

co para pagar a conta. Já tomamos conhecimento de que há um acordo para conceder de 30 a 50% de desconto sobre a dívida sem prejuízo para os banqueiros", disse o parlamentar mineiro, sugerindo que o governo banca e o contribuinte despenca.

Outra denúncia de Souto: o Banco do Brasil deveria dispor de Cz\$ 150 bilhões para cobrir prejuízos deixados na esteira do Plano Cruzado por decreto que congelou 75% do lucro dos bancos. A verba misteriosamente desapareceu dos balanços. O deputado soube disso por duas fontes: Camilo Calazans mencionou a existência do dinheiro e Vadico Valdir Bucchi, diretor da área bancária do Banco Central, revelou o sumiço.

Empresários não aceitam a anistia

AGÊNCIA ESTADO

"E o cúmulo, algo totalmente improcedente", disse ontem, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Mandelli, ao comentar a fusão de emendas que rejeita a cobrança da correção monetária dos empréstimos concedidos entre 28 de fevereiro de 86 e 31 de dezembro do ano passado aos pequenos empresários. Em Brasília, a União Brasileira de Empresários divulgou nota oficial reafirmando que não aceita a anistia de dívidas, independentemente do tamanho da empresa.

Para Luís Carlos Mandelli, o perdão da correção monetária significará aumento no déficit público e na taxa inflacionária, ou então elevação dos impostos. Na previsão do dirigente empresarial, poderá haver ainda um agravamento da recessão, o que é endossado por Alécio Ughini, vice-presidente eleito da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. Os dois defenderam, no entanto, um tratamento especial às pequenas e microempresas, com o reescalonamento das dívidas a partir da dilatação dos prazos previstos para o pagamento.

A anistia, segundo Mandelli, representaria "a penalização de quem pagou em dia, lesando a todos". Ele disse ainda que "o País deve abandonar, de uma vez por todas, essa posição paternalista, para não continuar sempre atrás na História".

DIVERGÊNCIAS

A nota divulgada pela União Brasileira dos Empresários foi resultado de uma reunião em que participaram os presidentes da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos; da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco; da Confederação Nacional dos Transportes, Camilo Cola; da Confederação Nacional das Associações de Bancos, Roberto Bornhausen, e o deputado Alysson Paulinelli, da Confederação Nacional da Agricultura.

"Já que o governo deu uma de banqueiro, então que aprenda também a negociar, como o setor privado vem fazendo há muito tempo", disse Oliveira Santos, referindo-se ao fato de o governo deter cerca de 75% da dívida dos pequenos empresários. Afirmou ainda que a União não deve ficar embaixo das saias da Constituinte para resolver sua inadiplência."

Apesar das afirmações contidas na nota, ficou clara a divergência interna na entidade em relação ao assunto. O deputado Alysson Paulinelli defende o perdão da correção monetária e votará a seu favor na Constituinte, enquanto Roberto Bornhausen não admite anistia.

Paulinelli teve dificuldades para justificar seu apoio ao documento. Esclareceu apenas que assinou por ser contra a anistia global. A nota menciona a palavra anistia, sem adjetivá-la, dando margem à interpretação do deputado. A anistia total, no entanto, não consta de nenhuma emenda que tramita na Constituinte.